

María Verónica Secreto

*Capistrano de Abreu e J. F. Turner:
a historiografia nacional e a história ambiental*

Quando a figura é da notoriedade de Capistrano de Abreu costuma-se dizer: “dispensa apresentações”. Não obstante logo aparece uma série de notas biográficas, em alguns casos detalhadíssimas e, muitas vezes, pouco interessantes. O que fez de Capistrano de Abreu o *Capistrano destacado historiador* não foi o fato de gostar de ler na rede, nem de andar de roupas amassadas, talvez sim o de ter sido levado – por sua insatisfação e curiosidade intelectual – a ler desmesuradamente, a “provar sorte” no Rio de Janeiro, a passar seis horas por dia, durante as férias, na Biblioteca Nacional. Ou, talvez, o que fez de Capistrano um destacado historiador, foi que, numa sociedade marcada “profundamente pela bipolaridade senhor-escravo, ele não fora nem uma coisa nem outra.” Sua família era proprietária de terras; teria sido a rejeição a este mundo paterno que o levou a refugiar-se nos livros.

Em toda trajetória individual existem dados que fazem a biografia intelectual e outros que são curiosidades para antiquários, dispensáveis nestas notas de apresentação. Dado que Capistrano de Abreu era um historiador de ofício, recusamo-nos a

escrever um anedotário que ele mesmo hoje rechaçaria.¹ Um homem que detestava falar de si, da que considerava “pouco interessante vida” (Câmara, 1969: 22). Por isso, este texto não se centralizará na narração de episódios ou curiosidades.

O relevante do concurso no Colégio Pedro II que prestara em 1883 não são os comentários *a posteriori* de Karl von Koseritz, mas, sim, que para essa ocasião ele escreveu *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*; neste texto destaca-se o tratamento que fez do *sertão*, tema que perpassou e foi amadurecendo através do restante de sua obra. Tampouco comentaremos como aprendera a ler alemão “o bastante para lê-lo na rede”, nem como essas redes eram trazidas de sua terra natal, o Ceará, para o Rio de Janeiro; o que nos interessa é que o conhecimento de autores alemães, como Ranke, levou-o ao rigoroso e minucioso estudo dos documentos.

O importante é que sua obra renovou os estudos historiográficos e que, na dimensão continental, antecipou-se a J. F. Turner, o reconhecido fundador da historiografia americana. Qual seria a natureza dessa história americana?² Ou melhor, qual a certidão de nascimento de uma historiografia própria do Novo Mundo? Esta teria que ter a característica de não abordar a história das jovens nações do continente como mera prolongação

¹ Angela de Castro Gomes (1996: 90), ao analisar o suplemento “Autores e Livros” do Jornal *A Manhã* dedicado a homenagear Capistrano de Abreu, afirma que a leitura desses textos deixa claro que, com Capistrano, nasce o saber histórico no Brasil e que sua figura conclui e conforma a separação entre o homem de letras e o pesquisador da ciência histórica.

² Neste artigo o termo “americano” será utilizado como pertencente às Américas no seu sentido continental. Às vezes a obra de Turner aparece com esta adjetivação, isto acontece quando queremos salientar que, ainda falando sobre os Estados Unidos, sua obra tem elementos em comum com processos do restante do continente.

da de suas metrópoles, ou da Europa em geral. Deveria ser independente e autóctone, deveria mostrar a originalidade e as peculiaridades da formação social dos povos americanos.

Neste sentido, Turner cumpria todos esses requisitos. Poucas interpretações históricas, talvez nenhuma, tiveram o êxito que teve a do historiador norte-americano Turner sobre a fronteira. Sua teoria do avanço da fronteira americana como explicação do desenvolvimento particular dos Estados Unidos converteu-se, ainda durante sua vida, na versão ortodoxa nacional, que todos repetiam, que se ensinava nas escolas (Clementi, 1992: 22).

Segundo Hebe Clementi, a obra de Turner situa-se no contexto particular de finais do século XIX, quando os economistas mais importantes da Europa ocuparam-se do problema da terra e de seu valor dentro das economias dos Estados. Mas o tema da terra/fronteira é percebido em toda sua importância muito antes dessa época. Quando, em 1893, Turner pronuncia seu discurso sobre o significado da fronteira na história norte-americana, Smith, Ricardo e Marx já tinham salientado alguns dos elementos que caracterizaram o desenvolvimento da fronteira norte-americana; e Capistrano tinha dado a conhecer sua interpretação da ocupação dos sertões e do significado destes, na formação do povo brasileiro e na história nacional: *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, de 1883; aspecto que mais tarde foi amplamente desenvolvido em *Caminhos antigos de povoamento do Brasil*, de 1899, e em *Capítulos de história colonial*, de 1907. Sobre *Caminhos*, diz José Honório Rodrigues: “são, para nossa historiografia, o que foi, para a norte-americana, o ensaio de F. Turner *The frontier in American History*.” (Rodrigues, 1978, 201).

No final do século XVIII, quando Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações*, as implicações da terra abundante e barata já eram evidentes nas então colônias inglesas. Lá, dizia Smith, ainda se podia comprar terras baratas. Quando um artífice ad-

quiria algum capital, além daquele necessário para fornecer seus produtos a seus vizinhos, não pensava em utilizar esse capital para ampliar sua produção, e sim para comprar, melhorar e cultivar a terra (Smith, 1983).

Para Marx, a existência de terra aberta significava que “...cada colono puede convertir en propiedad privada y medio individual de producción una parte de ella...” (Marx, 1986: 650).

No capítulo sobre a moderna teoria da colonização, que correspondia ao que estava acontecendo nos Estados Unidos da América – entre outros territórios virgens colonizados por imigrantes livres –,³ Marx estava interessado em analisar a diferença entre as duas formas de propriedade privada existentes: aquela que se baseia no trabalho direto do produtor e aquela que se funda sobre o trabalho alheio. A primeira das formas caracterizaria o tipo de propriedade da fronteira norte-americana, onde as terras eram públicas, abundantes e suscetíveis de serem colonizadas e convertidas em propriedade privada. Na visão de Marx, isto dificultava a conformação de um mercado de trabalho como o inglês, já que os assalariados podiam transformar-se constantemente em produtores independentes.⁴

No século XIX não só os autores citados tinham percebido as peculiaridades da fronteira norte-americana; muitos outros autores e observadores qualificados desse século o tinham feito. Em *The significance of the frontier in American History*, Turner parte de uma observação feita pelo superintendente do recenseamento de 1890:

³ Terras virgens que não eram despovoadas, já que habitadas por índios, mas que os contemporâneos chamaram de *espacios vacios*, entendidos como espaços onde a lógica do uso não era o lucro.

⁴ Sobre a possibilidade de que Turner conhecesse a obra de Marx, diz Hebe Clementi (1992: 12), “No ha dejado indicación de si conocía o no la doctrina de Marx. En 1889, *El Capital* ha sido best-seller en Estados Unidos (500.000 ejemplares vendidos ese año)”.

Até 1880 inclusive, o país teve uma fronteira de colonização, mas no momento atual a superfície sem colonizar é tão fragmentada por corpos isolados de colonização que dificilmente pode se dizer que seja uma linha de fronteira. Em conseqüência, a discussão de sua extensão, sua expansão para o oeste, etc., já não poderá ter lugar daí em diante nos informes referentes ao censo (Turner, 1992).

Esta citação é utilizada por Turner para indicar o fim do movimento histórico para o Oeste. Nós queremos utilizá-la para salientar algo evidente: a fronteira não só formava parte do imaginário e era objeto das medidas políticas da União, mas também era uma categoria analítica oficial acompanhada durante um longo período pelos censos que captavam sua dimensão de processo histórico.

A originalidade de Turner está em ter sistematizado alguma coisa que já estava no imaginário – idéias que faziam parte do cotidiano e que tinham sido recolhidas inclusive pela literatura – e dar-lhe um sentido histórico/ideológico numa conjuntura histórica particular, constituindo assim a fronteira e a expansão o destino dos Estados Unidos.

Por sua vez, a obra de Capistrano condensa e sistematiza com uma coerência extraordinária algumas idéias que há muito tempo formavam parte das representações do Brasil. Marilena Chauí indica o padre Anchieta como o primeiro a construir a fratura entre o litoral, lugar onde chegou a palavra de Deus e portanto, *lugar do bem*, e a mata bravia, onde o demônio estava tocaiado, a *terra do mal* (Chauí, 2000, 66).⁵ Desde que foi enunci-

⁵ Se a carta que Pero Vaz de Caminha escreve ao rei D. Manuel em 1500 pode ser considerada o primeiro texto da literatura brasileira, ou melhor, escrito sobre terras brasileiras, também pode ser considerada o primeiro a estabelecer a diferença entre o litoral e o sertão. O litoral é onde o conquistador chegou, onde os índios dançam e se mostram, segundo Caminha, “mais amigos nossos que nós seus.” O sertão apa-

ada esta fratura, ela foi ganhando novas recriações; mas de todas elas a de Capistrano foi a mais apurada, a de maior coerência e complexidade explicativa.

A tese de Turner foi, no campo da história, uma argumentação teórica que apoiava toda uma ordem de idéias políticas expansionistas. A isto devemos somar o que se pode chamar de um clima da época, a confiança no evolucionismo e a certeza – o próprio Darwin o tinha asseverado – de que a história dos Estados Unidos era um exemplo de seleção natural.

A conjuntura da tese capistraniana é outra. Grande parte de sua obra se situa na conjuntura do “desencantamento” entre o fim do Império e a Primeira República. Capistrano não é um otimista, apesar do protagonismo outorgado ao povo brasileiro no período colonial, este não cumpre suas potencialidades a partir da independência. Ceticismo pintado de corpo inteiro no seu questionamento: “Punge-me sempre e sempre a dúvida: o brasileiro é um povo em formação ou em dissolução?”

Se a conjuntura histórica fez da tese de Turner a versão da história oficial, esta também fez dela uma simplificação excessiva. Mas a transcendência da obra de Turner não se limitou à sua época, nem se restringiu aos Estados Unidos. Muitos historiadores, sociólogos e antropólogos aplicaram desde então o conceito de fronteira móvel para explicar realidades muito diferentes. Pela origem universalmente conhecida do conceito *moving frontier*, todo trabalho a respeito tem um componente comparativo sempre presente na experiência americana, embora muitas vezes de forma implícita. Segundo Otávio Velho, em 1973, quando defendeu sua tese na Universidade de Manchester, na Inglaterra, a obra de Turner era praticamente desconhecida no

rece aqui como o lugar fantástico em que pode vir a se descobrir ouro, embora o maior tesouro encontrado seja de almas a serem convertidas (Caminha, Carta ao rei. In: Aguiar, 2001).

Brasil. Sua obra foi o primeiro trabalho que aplicou sistematicamente o conceito de fronteira turneriano, embora encontremos vários textos de circulação nos meios acadêmicos que tinham chamado atenção para a obra do autor norte-americano (Velho, 1979). Dentre eles podemos destacar o pequeno texto da historiadora Maria Yedda Linhares (1959), de Nícia Vilella Luz (1963) e um artigo do historiador José Honório Rodrigues (1961), que representa um caso particular pela adaptação que fez do conceito de fronteira.

Muitos dos elementos que fizeram de Turner o historiador que funda as bases da história americana já estavam presentes na obra de Capistrano, o sucesso e o reconhecimento universal do primeiro devem-se em grande medida à conjuntura histórica nacional em que formulara sua teoria. O expansionismo norte-americano ainda beberia por muito tempo da obra de Turner; enquanto *os sertões* no Brasil ainda ficariam por muito tempo esquecidos ou mal lembrados.

O sucesso de Turner em seu país é facilmente explicável a partir do exposto e da situação particular pela qual passavam os Estados Unidos. O ano de 1893, em que Turner publica seu ensaio sobre o significado da fronteira, foi um ano de crise econômica, de pânico financeiro, que abalou a segunda administração do democrata Cleveland e trouxe desajustamentos sociais. A crise econômica era particularmente acentuada nos setores agrícolas do Sul e do Oeste. À luz deste contexto, Turner atribuiu à fronteira um papel dinâmico, democrático e nivelador das tensões sociais. De certa forma, esta era a explicação de Turner para a crise pela qual passavam os Estados Unidos. A crise era o resultado, mais ou menos óbvio, do fim do processo de avanço da fronteira, como era enunciado pelo censo de 1890. Essa circunstância especial vivida pelos Estados Unidos converteu a hipótese do historiador norte-americano em aval das teses expansio-

nistas, nas quais estavam comprometidas as grandes forças financeiras e políticas do país.

Também Capistrano teve sucesso relativamente rápido. Em 1907, segundo José Honório Rodrigues, era o mais importante historiador brasileiro; não obstante esse sucesso foi limitado por algumas circunstâncias conjunturais. Em primeiro lugar, qual era o lugar da História do Brasil na República? Em 1899 a cadeira de Corografia e História do Brasil, para a qual Capistrano tinha feito concurso em 1883, foi eliminada, vendo-se os conteúdos de história do Brasil incluídos nos programas de história universal. Em segundo lugar, qual o lugar dos *sertões* na história que se escrevia na República? Dos *sertões* setentrionais nada se esperava em termos de contribuições positivas – outra foi a visão dos *sertões* meridionais, cujas bandeiras deram lugar a muitos volumes da história da civilização brasileira. A interpretação dos *sertões* canonizada seria a de Euclides da Cunha. Em terceiro lugar, a própria dinâmica da historiografia brasileira levou as mais novas gerações de historiadores, movidos pelo afã de “novidade” desenfreado, a ter uma relação de distância com os “clássicos”. Segundo Ronaldo Vainfas, Capistrano de Abreu e *Capítulos de História Colonial* foram “monumentalizados” logo depois da morte do autor, e isto teria suas consequências: “quando mais monumento menos documento”, diz ele, e menos lidos passaram a ser os *Capítulos* pelos estudantes e estudiosos da história do Brasil (Vainfas, 1999).

A preocupação de Capistrano de Abreu era a de toda uma geração, a do pós-guerra do Paraguai: a de interpretar a história brasileira privilegiando o povo e sua constituição étnica, no lugar do Estado Imperial como até então (Reis, 1999). Na obra do historiador cearense, o conceito de cultura substitui o de raça (Rodrigues, 1978). A história do Brasil na sua pluma começa nos caminhos que levam ao sertão. “Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distinta-

mente brasileira.” Isolado do litoral, constitui-se num homem novo, o brasileiro. O tema de Capistrano foi o da ocupação do território e de sua conquista por esse novo povo brasileiro.

Capistrano de Abreu valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato; mais caboclo do que branco; mais sertanejo do que litorâneo. Adentrando no território, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Diz José Carlos Reis que Varnhagen, e com ele refere-se à historiografia do século XIX, olhava da caravela de Cabral para a praia e via uma terra exótica povoada de alienígenas. Para Capistrano, alienígenas, exóticos são os europeus e africanos e não o indígena e a terra do Brasil.

A inflexão da história do Brasil, a que levaria à identidade do seu povo, se produz em *Capítulos de História Colonial* entre os capítulos oito (As Guerras Flamengas), e nove (O Sertão). No primeiro diz que sob a pressão externa foi que se operou uma solda entre os diferentes elementos étnicos que habitavam o território do Brasil. O capítulo seguinte inicia dizendo que a invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa, “Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo” (Abreu, 1985: 111-113) Assim, na ocupação dos sertões é que vai se constituindo uma obra original. Turner diria: que a fronteira é a linha de americanização mais rápida e efetiva. A terra virgem recebe o colono que vêm vestido à européia com ferramentas e modos de pensar e viajar também europeus, o tira do vagão do trem e o joga na canoa indiana, tira dele as roupas que trazia e o veste com as de couro. O fato é que surge um novo produto que é americano.

Depois de Capistrano de Abreu foram muitos os historiadores que consideram a entrada no sertão como momento fundador da nação. Até Gilberto Freyre que considera como primeiro

momento nacional o da construção da casa-grande,⁶ chega a considerar o dinamismo e a originalidade dessas entradas. Em *Interpretação do Brasil*, dedica o capítulo “Fronteiras e plantações” a explicar o que ele chama de duas tendências complementares: a dos grupos que ficaram na costa e a dos que se internaram, alargando o território. O grupo da costa, o dos senhores de engenho e fazenda, foi o dos fundadores verticais do Brasil, que se arraigaram à terra e construíram as sólidas casas de tijolo, feitas para durar. Os homens que adentraram no território, os fundadores horizontais, eram homens móveis e migratórios, aventureiros, com um forte senso de liberdade individual, que não se contentavam em viver no litoral, perto das igrejas, dos edifícios públicos e do controle metropolitano. Estes dois grupos são apresentados por Gilberto Freyre como complementares, embora se oponham na sua descrição e interpretação: o litoral voltado para Europa e o interior voltado para si (Freyre, 1947: 91-94). Os homens da fronteira, ou do sertão, não eram portugueses puros, diz, mas mestiços de europeus com índios.

A colonização do Brasil logo deixou de ser estritamente europeia para vir a ser um processo de autocolonização: um processo que haveria de tomar, depois da independência, caráter nacional (...). O que parece certo se consideramos esta nova fase de colonização brasileira um aspecto do fenômeno descrito por Turner como o de ‘fronteira móvel’.⁷

Mas para sermos justos devemos salientar que essa não foi a interpretação predominante na obra de Freyre, muito pelo contrário. O Brasil de Freyre não é o mameluco, é o mulato. Na sín-

⁶ Se tivéssemos que fazer uma caracterização em poucas palavras da obra de Gilberto Freyre e da de Sérgio Buarque de Holanda, diríamos que o primeiro é o historiador do litoral e o segundo, da interiorização.

⁷ Devemos lembrar que *Interpretação do Brasil* reúne uma série de conferências proferidas nos Estados Unidos, pelo qual não seria estranho que estivesse balizando para o auditório.

tese das três raças de Freyre cabe à indígena um papel muito secundário. Os indígenas, melhor, as indígenas entram em cena para permitir a reprodução do colonizador e deixar uma herança material: a mandioca e todas suas utilizações - beiju, tapioca, macapatá, paçoca etc. - além de outros produtos, receitas e utensílios como as redes, e saem de cena para se constituírem um "mito das origens". A escolha de Freyre como um dos intérpretes da "formação nacional" e não de Capistrano é sintomática da negação da identidade indígena do Brasil.

Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda coloca a ultrapassagem da Serra do Mar, durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, como um acontecimento singular. Até então, os sítios conquistados e "ocupados" não passavam de manchas dispersas no litoral. Este processo se veria alterado com o cultivo da cana-de-açúcar. Mas teria sido com a vitória sobre a escabrosidade da Serra do Mar que a colonização mudou, "...não existe aqui uma coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino...". No título do livro, explica o autor, *caminho* indica a mobilidade nos séculos iniciais no planalto paulista, em contraste com o litoral. Esta mobilidade condicionou a situação implícita na idéia de fronteira.

O litoral, na obra dos dois autores - Capistrano e Turner - aparece como voltado para a Europa, um povoamento ou uma civilização que dá as costas para o interior, que se projeta sobre o mar e além deste. O interior ou os sertões, de costas ao litoral, conformam e modelam o homem forte, independente, isolado, e com uma identidade nova, americana.

Para Capistrano esse homem é o resultado de uma formação histórica, não só biológica, da miscigenação. Num primeiro momento as três "raças irreduzíveis" que constituíam o povo sofriram de desafeições entre elas e dentro delas: o negro ladino e crioulo tinha desconfiança de recém-chegado, o boçal. O índio

catequizado, vestido e aldeado sentia-se separado do índio nu, selvagem, livre. O português nascido no território brasileiro sentia-se inferior ao reinol. Em síntese, diz Capistrano: “dominavam as forças centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade.” A unidade viria depois, no século XVII, decorrente da presença flamenga e do consenso que se gerou em torno ao seu combate: “Reinóis e mozambos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, caboclos, caribocas, todas as denominações enfim, sentiram-se uns de outros...” (Abreu, 1995: 93).

Como diz José Carlos Reis, Capistrano inicia uma nova corrente de pensamento histórico brasileiro, a dos que “redescobrem o Brasil”, valorizando a natureza brasileira, o povo com suas lutas e costumes, atribuindo a este povo protagonismo, sujeito da história, fazedor de sua própria história (Reis, 1999: 95).

Mas Capistrano não é só o historiador do povo – o que já seria muito – também é o historiador da natureza. Não um naturalista, nem um historiador natural; mas um historiador do tempo/espaço, que situa acontecimentos em lugares.

A relativamente nova história ambiental consagrou como seus pais: Goldon Childe, J. F. Turner e Arnold Toynbe e, no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (sobretudo o de *Monções e Caminhos e Fronteiras*); Gilberto Freyre (de *Nordeste*); o geógrafo Aziz Ab'Saber e os ensaístas Euclides da Cunha e Oliveira Viana (Drummond, 1991), mas este quadro não está completo sem Capistrano de Abreu.

Em carta de 14 de setembro de 1916, Capistrano escrevia a João Lúcio do Azevedo: “Não há questão mais importante que a ruptura da grande curva do São Francisco (...) O ideal da história do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas passasse aos sucessos estranhos a tais sucessos. Talvez nossos netos consigam ver isto”. Mais de trinta anos antes, expressou sobre o mesmo São Francisco que consi-

derava o rio quase sagrado da história do Brasil porque tinha servido de ligação entre o Sul e o Norte; porque não tinha povoado por causa das minas, tão estéreis como brilhantes; porque não tinha visto suas margens manchadas pelo extermínio e tráfico de índios, e tinha sido o primeiro centro de criação de gado, um dos grandes fatores do caráter brasileiro.⁸

Durante algum tempo, por reação ou por temor aos perigos do determinismo geográfico, deixou-se de considerar as variáveis ambientais. A história se desenvolveu como independente dos condicionamentos materiais e, sobretudo, naturais. Diz Worster que a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolva sem restrições naturais, como se os humanos fossem uma espécie supernatural. O objetivo principal da história ambiental é, segundo o mesmo Worster, aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, nos diferentes períodos, afetados pelo meio natural e como afetaram esse ambiente (1991).

É desta forma que Capistrano de Abreu abordou o espaço, que na sua obra é um trampolim a partir do qual o homem se projeta. Ele não é estritamente um determinista geográfico, já que o meio não determina, apenas condiciona. O espaço na obra de Capistrano é importante, está para ser transformado pelo homem, que é sujeito ativo, capaz de criar configurações sociais adequadas a cada “obstáculo natural” que se vê transformado, assim, em novo recurso – não num sentido reducionista.⁹ Capistrano encurtou a distância entre natureza e cultura. O idealismo

⁸ Carta de 16 de março de 1883 ao Dr. Leandro Bezerra, *apud*. José Aurélio Saraiva Câmara. A mesma não consta na coletânea da correspondência organizada por José Honório Rodrigues.

⁹ Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997: 203-216) adverte sobre a visão reducionista e utilitarista da natureza predominante entre 1880 e 1910, visão ancorada na idéia de função econômica.

e o romantismo tinham criado uma separação extrema entre natureza e cultura.

Silvio Romero tinha manifestado que havia dois grandes motores que pesavam fortemente na feitura de um caráter nacional: a natureza e a aglomeração de populações distintas. Capistrano responde que reconhece estes dois motores que, ao pesarem na feitura do caráter nacional, o faziam sobre a estrutura da sociedade: “Entretando não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade *reage* sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser componente” (Abreu, 1976: 5).

A moderna história de Capistrano desenvolvia-se no tempo, definido cronológica e espacialmente. “Capistrano interpretava a evolução social do Brasil no século XVI como que ‘situando’ acontecimentos em ‘lugares’, tudo transcorrendo numa dimensão temporal (...) a própria idéia de espaço não era ‘natural’. O espaço não era produto exclusivo da ‘natureza’, mas, como ela, sofria a conformação do social.” (Gomes, 1996: 96).

O sertão capistraniano é um desafio para o homem, que modifica-o historicamente. Diferente do euclidiano que a história não conseguiu transformar:

Calca, de fato, entrada três vezes secular, historicamente vedada por onde avançaram os rudes sertanistas nas suas excursões para o interior. Não a alteram nunca. Não a variou mais tarde, a civilização, justapondo aos rastros do bandeirante os trilhos de uma via férrea (Cunha, 2000, 14).

José Augusto Pádua assevera existir no Brasil uma tradição ecológica – entendendo tradição num sentido amplo – constituída por uma série de pensadores que atuaram entre 1789 e 1888. Homens preocupados com a destruição do ambiente natural, tradição integrada por José Bonifácio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Freire Alemão, Guilherme Capanema etc., a lista torna-se grande (Pádua, 2002: 10-23). Nós chamaríamos esta tradição de essencialmente verde, a destruição a que se referem é princi-

palmente das florestas, capítulo importantíssimo da devastação no Brasil. Há outra tradição “sertanista”, na qual as secas são o elemento fundamental de suas narrativas, tradição integrada por José de Alencar, José Américo Almeida, Alves de Azevedo, Gustavo Barroso, Adolfo Caminha, Euclides da Cunha, Rodolpho Teóphilo, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz etc., para quem o ambiente já aparece degradado, destruição que destrói o homem. Mas esta tradição não é homogênea, para alguns deles a seca advém de um problema social; para outros, é um fenômeno natural. Decorrente desta última interpretação, o conflito aparece, e as relações patriarcais são contestadas, quando a natureza torna-se ainda mais mesquinha e o meio não consegue sustentar todos. Para os que analisaram a seca como um problema social, trata-se de um “duelo recorrente entre a natural variabilidade de chuva e as defesas hidráulicas da agricultura” (Davis, 2002). As defesas hidráulicas, ou a capacidade de resistir as conseqüências da falta de chuvas, dependem de fatores de natureza econômica e social: a quantidade de reservas de alimentos, a possibilidade de conduzir o gado para uma região úmida, o dinheiro disponível, as relações de que se dispõe etc.

Um culturalismo mais ou menos recente, há sentenciado que um meio tão mesquinho merece ser ignorado, que os homens devem ser vistos como independentes dele, quase flutuando. O sertão não virou mar, virou limbo/livro. Um culturalismo mais parecido com espiritualismo condenou o sertão às representações. Parece dizer que o meio não deve ser transformado, quase um acordo tácito: nós não mexemos com o sertão, o sertão não mexe conosco.

Se, por um lado, torna-se necessário relativizar a dose de determinismo geográfico que pode conter a obra de Capistrano de Abreu, por outro, faz-se imprescindível advertir sobre a armadilha conceitual que significa reduzir o “sertão”, e a realidade material em geral, a folclorismo intocável, a identidade particu-

laríssima, a pitoresquismo inatingível. Isto sim, transforma-se em algum tipo de determinismo, “cultural” como o chama Emília Viotti da Costa (1998).

Os netos de Capistrano começaram a escrever outra história, como ele desejava, em que o lugar ocupado pelas guerras flamenegas e castelhanas foi ocupado por sucessos estranhos a tais sucessos; mas ainda falta muito por fazer.

Referências bibliográficas

- Abreu, Capistrano de, *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Abreu, Capistrano de, O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. In: *Ensaio e Estudos: Crítica e História*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1976, 4ª. Série.
- Câmara, José Aurélio de Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- Caminha, Pero Vaz. Carta ao rei. In: Aguiar, Flávio (org.) *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Peseu Abramo, 2000.
- Clementi, Hebe. *J. F. Turner*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- Costa, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, dez. 1998.
- Cunha, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- Davis, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Drummond. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4 n.8, 1991.

- Freyre, Gilberto. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: José Olympio, 1947.
- Gomes, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Holanda, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975, (2º edição).
- Linhares, Maria Yedda. Um historiador por número: Frederick Jackson Turner. *Boletim de História*, Ano I, n. 2 e 3, Rio de Janeiro, 1959.
- Luz, Nícia Villela. F. J. Turner e a tese da fronteira americana. A propósito de *The frontier in perspective*. *Revista de História*, n. 52, 1963.
- Marx, Karl. *El Capital*, Libro Primero, sección septima, capítulo XXV. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- Pádua, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Reis, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
- Rodrigues, José Honório. D. Henrique e a abertura da fronteira mundial. Coimbra, 1961, Separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. IX.
- Rodrigues, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: Cardoso, Ciro Flamarion e Smith, Adam. *A Riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultura, 1997.
- Smith, Adam, "A Riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas", tradução: Luiz João Baraúna, São Paulo, Abril Cultura, 1983.
- Turner, J. F. El significado da fronteira na Historia de los Estados Unidos de América. In: J. F. Turner. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- Vainfas, Ronaldo. Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial. In: Mota, Lorenzo Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999.

Velho, Otávio Guilherme, *Capitalismo autoritário e campesinato*, Rio de Janeiro, Difel, 1979.

Worster, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4 n.8, 1991.

SECRETO, María Verónica. Capistrano de Abreu e J. F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2006, vol. 14 no. 2, p. 236-253. ISSN 1413-0580.

Resumo. Este artigo aborda alguns aspectos da obra de Capistrano de Abreu em perspectiva comparada com a de Frederick Jackson Turner. Destaca-se a relação entre esta historiografia nacional e a questão ambiental. A historiografia do Novo Mundo teve como característica não abordar a história das jovens nações do continente como mero prolongamento de suas metrópoles; o artigo propõe uma história independente e autóctone, para mostrar a originalidade e peculiaridades da formação social dos povos americanos.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu, Frederick Jackson Turner, História Nacional, História Ambiental.

Abstract. (*Capistrano de Abreu and J. F. Turner: a national historiography and na environmental history*). This article discusses some aspects of the work of Capistrano de Abreu in a comparative perspective with that of F. J. Turner. It highlights the formation of national historiographies on the American continent and their relation with what today we call environmental history. The historiography of the New World has as a characteristic not to approach the history of the young nations of the continent as a mere extension of their metropolises, or of Europe in general but aimed to show the originality and the specificities of the social formation of these american peoples.

Keywords: Capistrano de Abreu, Frederick Jackson Turner, national history, Environmental History.